

Campanha
MROSC NO CICLOATIVISMO



O MROSC e as organizações cicloativistas

Relatório de entrevistas

Junho de 2022

Realização



Apoio



O MROSC e as organizações cicloativistas

Relatório de Entrevistas

Sumário

1 - Apresentação.....	2
2 - Objetivo	2
3 - Metodologia	3
4 - As entrevistas	3
5 - Resultados	4
5.1. Adequação ao MROSC.....	4
5.2. Diálogo com a prefeitura	4
5.3. Parcerias com poder público	4
5.4. Participação em editais	5
5.5. Parcerias e redes	6
5.6. Ideias de parcerias com o poder público.....	6
5.7. Desafios	7
7 - Conclusões.....	7
8 - Anexo 01 – Roteiro da entrevista semiestruturada	9
9 - Ficha técnica.....	10

O MROSC e as organizações cicloativistas

Relatório de Entrevistas

1 - Apresentação

Este documento contém o Relatório das Entrevistas Semiestruturadas realizadas com organizações selecionadas que responderam a pesquisa **O MROSC e as Organizações Cicloativistas** (pesquisa estruturada do tipo survey), realizada com organizações da sociedade civil que atuam em defesa da ciclomobilidade no Brasil, pesquisa esta elaborada para a **Campanha MROSC no Cicloativismo**, desenvolvida com o apoio do Edital Fundo OSC 05-2021 da **Plataforma MROSC**.

O **MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil** foi instituído pela **Lei nº 13.019/2014** e se constitui, segundo o Governo Federal, em uma "agenda política ampla, voltada para o aperfeiçoamento da relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado que estabelece um novo regime jurídico para celebração de parcerias, estimulando a gestão pública democrática e a valorização das organizações enquanto parceiras na garantia e efetivação de direitos”.

A Campanha MROSC no Cicloativismo tem, entre outros, os **objetivos** de difundir o MROSC entre as organizações da sociedade civil dedicadas à promoção da ciclomobilidade e assessorar e estimular organizações cicloativistas para incidirem a favor do MROSC em seus estados e municípios.

Além da Pesquisa com as OSCs, a campanha realizará as seguintes atividades: levantamento da situação da regulamentação do MROSC nos estados e suas capitais; webinar e manual instrutivo sobre o MROSC; e assessoria para o acesso aos recursos do MROSC em estados e municípios por parte das OSCs cicloativistas.

2 - Objetivo

A pesquisa **O MROSC e as Organizações Cicloativistas** foi realizada para levantar o entendimento, a experiência e as demandas que as organizações cicloativistas possuem a respeito do MROSC, bem como para obter informações sobre a situação da regulamentação do MROSC nos seus estados e municípios.

As Entrevistas Semiestruturadas têm o objetivo de aprofundar sobre a experiência das organizações cicloativistas na apresentação de demandas e na realização de parcerias com o poder público, através ou não do MROSC, bem como os desafios enfrentados e os desejos para realização de futuras parcerias.

Os resultados da pesquisa visam subsidiar as etapas posteriores da Campanha MROSC no Cicloativismo e alimentar o banco de dados de dados de informações sobre a regulamentação do MROSC nos estados e municípios.

3 - Metodologia

Após a análise dos dados da Pesquisa O MROSC e as Organizações Cicloativistas, foram selecionadas 10 organizações¹ para a realização de entrevistas semiestruturadas. A seleção das organizações buscou respeitar a diversidade regional e a experiência das organizações em parcerias com o poder público e com os instrumentos do MROSC.

As organizações entrevistadas foram as seguintes (Tabela 01):

Tabela 01: Organizações entrevistadas			
Nome da organização	Cidade	Estado	Região
Associação Civil Rodas da Paz	Brasília	DF	Centro-Oeste
Associação de Ciclistas de Poços de Caldas	Poços de Caldas	MG	Sudeste
Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu - Cicloiguaçu	Curitiba	PR	Sul
Associação de Ensino, Capacitação e Assistência Social - Prepararte	Rolim de Moura	RO	Norte
Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte - BH em Ciclo	Belo Horizonte	MG	Sudeste
Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife - Ameciclo	Recife	PE	Nordeste
Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis - AMOBICI	Florianópolis	SC	Sul
Coletivo ParaCiclo	Belém	PA	Norte
Pedal das Minas	São Luís	MA	Nordeste

Foi elaborado um roteiro de entrevista de forma a guiar a entrevista, o qual encontra-se no Anexo 01.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 18/05/2022 e 27/05/2022 de forma online, via *Google Meet*.

4 - As entrevistas

Cada uma das entrevistas foi conduzida por Yuriê César (coordenador da pesquisa), acompanhada por André Soares (coordenador do projeto) e por representantes das OSCs. As entrevistas seguiram um formato mais livre, tendo o roteiro como condutor e tema gerador da conversa, porém sem engessá-la.

No decorrer de cada uma das entrevistas, o roteiro passou por adequações de acordo com a experiência apresentada pelas entrevistadas e com os rumos da conversa. O conhecimento prévio entre as pessoas e acerca das organizações e atividades desempenhadas por elas influenciaram a condução e o tempo das entrevistas, que variou entre 40 minutos e 1h30.

Conforme a análise apresentada no relatório da pesquisa **O MROSC e as Organizações Cicloativistas**, o conhecimento e a experiência das organizações cicloativistas com o MROSC é bem baixo, assim como a experiência em parcerias com o poder público. Assim, apesar do roteiro da entrevista conter um aprofundamento sobre estas parcerias, as entrevistas giraram mais em torno de apontar as possibilidades do MROSC para a organização e a experiência e capacidade da organização de realizar projetos e parcerias.

¹ Dificuldades de agendamento com resultou no cancelamento da entrevista de uma das organizações selecionadas e, desta forma, foram realizadas entrevistas com 9 organizações.

5 - Resultados

5.1. Adequação ao MROSC

Apenas uma das organizações entrevistadas não é regularizada, suas idades de formalização variam de 19 anos até poucos dias (o Coletivo ParaCiclo teve seu CNPJ aprovado no dia anterior à entrevista - 17/05/2022). De maneira geral, as OSCs entrevistadas não adequaram seus estatutos após a aprovação do MROSC, em 2014.

Porém, três delas foram formalizadas depois de 2014 e tiveram seus estatutos baseados em outras organizações, como no da UCB (que foi adequado), dessa forma, é provável que estejam de acordo com o marco. Não foi realizada uma análise dos estatutos para verificar a adequação ao não à legislação. Duas OSCs relataram que pretendem realizar uma revisão do seu estatuto em breve.

5.2. Diálogo com a prefeitura

O diálogo com a prefeitura é algo comum entre todas as organizações, através da participação em reuniões, comitês, comissões e outros órgãos formalizados, algumas sendo indicadas e outras tendo algumas de suas integrantes eleitas. Porém não houve nenhum relato de parcerias realizadas devido ao MROSC ou baseada na eventual regulamentação local do MROSC, não tendo sido registradas tentativas de sugestões através do PMIS – Procedimento de Manifestação de Interesse Social. Esta situação é explicada por dois motivos: a não regulamentação do MROSC no município e o desconhecimento acerca do marco.

A Tabela 02, abaixo, apresenta o status de formalização do MROSC nas cidades e estados das organizações entrevistadas de acordo com levantamento realizado no âmbito do projeto.

Tabela 02: Regulamentação local do MROSC			
Cidade	Estado	Decreto MRSOC	
		Estado	Município
Belém	PA	Sim	Sim
Belo Horizonte	MG	Sim	Sim
Brasília	DF	Sim	Sim
Curitiba	PR	Sim	Não
Florianópolis	SC	Sim	Sim
Poços de Caldas	MG	Sim	Sim
Recife	PE	Sim	Não
Rolim de Moura	RO	Sim	Não
São Luís	MA	Sim	Não

5.3. Parcerias com poder público

Três organizações relataram parcerias realizadas com o poder público e outra está em andamento.

A Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis (AMOBICI) está em diálogo com órgãos da prefeitura tentando a assinatura de um Acordo de Cooperação para realizar o manejo de trilhas, as conversas se desenvolvem desde junho de 2020, quando a OSC enviou um estudo sobre o tema. Desde então não

receberam nenhuma resposta formalizada, porém o diálogo continua, tendo conseguido autorizações para realizar o manejo de algumas trilhas por períodos específicos (até 6 meses). Apesar da tentativa de assinatura do acordo, a organização desconhecia o MROSC até a realização da pesquisa e a prefeitura nunca apresentou a possibilidade. Atualmente o manejo das trilhas (par as quais receberem autorização) é realizado de maneira voluntária com recursos proveniente de doações. AMOBICI avalia que a troca do secretário responsável pela pasta e a dificuldade de diálogo com a equipe técnica da prefeitura dificulta o andamento do processo.

A Cicloiguaçu realizou duas parcerias formalizadas. A primeira, com o órgão de planejamento urbano de Curitiba, o IPUC, para realização de pesquisas de contagem volumétrica de trânsito. O Termo de Colaboração teve uma duração de dois anos e aconteceu de 2013 a 2015. Houve uma tentativa de renovação, para a qual até hoje não receberam uma resposta formal.

A segunda foi uma ampla parceria que envolveu a prefeitura, instituições da indústria (FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná e SESI – Serviço Social da Indústria) e universidades do Paraná e da Holanda, para intercâmbio de experiências, a qual durou de 2015 até 2020. Consideram que as parcerias foram positivas para a associação no respaldo junto ao poder público, principalmente em relação aos dados levantados na pesquisa, que contribuíram para melhorias na mobilidade urbana na cidade, apesar de não terem atingido todas as expectativas da OSC. Porém, a imagem da associação ficou próxima à prefeitura, o que afastou algumas pessoas da associação e dificultou o diálogo com a gestão pública posterior (de outro grupo político). Também consideram que as parcerias foram facilitadas devido ao fato de que algumas pessoas próximas da associação estavam em cargos de assessoria da prefeitura.

A Associação de Ciclistas de Poços de Caldas foi contemplada no início de 2022 em um chamamento da prefeitura para a gestão de um espaço, que hoje é a sede da associação. O chamado foi direcionado a organizações que atuam com ciclismo. Não há repasse de recursos e coube à associação levantar recursos para manutenção do espaço. A parceria tem validade de um ano e pode ser renovada.

A Prepararte é uma associação cujo foco não é a ciclomobilidade, a atuação principal é no ensino, capacitação em música e assistência social. Realiza algumas atividades com grupos de ciclistas da região e está elaborando um projeto para implantação de pontos de apoio ao ciclista em uma ciclovia da cidade. É cadastrada no CEBAS, no Jovem Aprendiz, no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), possui ponto de cultura, realiza parcerias e já foi contemplada em editais do poder público nas três esferas (municipal, estadual e federal).

Outras organizações relataram muita dificuldade em propor parcerias formais, pois nem seus integrantes e nem os interlocutores no poder público têm conhecimento sobre os procedimentos para tal.

Mais de uma vez foi citado que o poder público demonstrou o desejo de que as organizações realizassem atividades que seriam de sua competência (do poder público), alegando não ter tempo ou capacidade para tal, mas não apresentaram nenhuma proposta de formalização ou repasse de recursos.

5.4. Participação em editais

As organizações buscam participar de editais para captação de recursos, de forma a conseguir custear as atividades e desenvolvê-las da melhor forma possível. Apenas uma organização não relatou já ter concorrido ao menos em a um edital, seja do poder público ou privado. Seis organizações já concorreram em editais do poder público.

A Ameciclo já foi contemplada em dois editais do poder público. Um deles foi na área cultural, através do qual desenvolveram um programa na rádio pública do estado, que já se encontra no segundo ano. O outro foi um edital da Secretaria de Meio Ambiente do município para a implantação de bicicletas comunitárias em uma comunidade local, no qual foram contemplados em abril de 2021, porém só teve início em novembro, o que vem acarretando diversos ajustes, inclusive no orçamento, que tem sido um desafio, devido a necessidade de seguir estritamente os itens e valores que foram aprovados.

Nenhuma organização relatou dificuldade em redigir projetos ou de prestar contas de recursos recebidos, porém foi relatado dificuldades de participação em editais que exigem uma contabilidade mais regular, com a apresentação de balanços anuais que a organização não possuía, por não ter um contador.

Além da Prepararte, que possui diversos cadastros para atuação junto ao poder público (já citados), a Ameciclo e a Cicloiguaçu informaram possuir cadastro de produção cultural concedidos pelos respectivos estados, o que possibilita participar de editais voltados à área cultural.

Editais voltados ao ciclismo esportivo também já foram foco de algumas organizações, como a Amobici, que relata não ter conseguido ser aprovada por não ter comprovado experiência anterior. E a Associação de Ciclistas de Poços, que já realizou uma competição de ciclismo com edital da prefeitura. Esta associação também tentou realizar a divulgação de uma rota cicloturística, através de um edital da Secretaria Estadual de Cultura, porém, apesar de terem pontuado muito bem, não conseguiram apresentar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) a tempo.

5.5. Parcerias e redes

Todas as organizações relataram experiências em atuação em parceria com outras organizações em suas atividades, desde no apoio mútuo a reivindicações junto ao poder público, a articulação na ocupação de cadeiras em comissões e comitês, no uso de CNPJ de organizações parceiras para captação de recursos, na escrita conjunta de projetos e na execução conjunta de atividades, inclusive executando projetos em conjunto.

5.6. Ideias de parcerias com o poder público

Durante as entrevistas foi perguntado que tipo de parcerias as organizações já pensaram em realizar, ou, estimuladas pela pesquisa, que as pessoas pensaram no momento da entrevista, com o poder público. As respostas foram as seguintes:

- Auditoria para melhoria da infraestrutura cicloviária;
- Desenho de campanhas de respeito ao ciclista e de promoção ao uso da bicicleta;
- Atividades educativas em escolas;
- Contagem de ciclistas;
- Pesquisas de perfil de ciclistas e similares;
- Treinamento de agentes de trânsito e de motoristas de ônibus;
- Mapeamento de rotas cicloturísticas;
- Estímulo ao ciclismo para jovens;
- Levantamento de demandas junto a população;

- Ampliação da participação junto a prefeitura e órgãos consultivos e deliberativos;
- Análise de projetos ciclovitários;
- Destinação de bicicletas apreendidas;
- Práticas de pedaladas no trânsito;
- Atendimentos para ensinar a pedalar;
- Realização de passeios ciclísticos.

5.7. Desafios

As organizações relataram alguns desafios que enfrentam hoje ou que imaginam que poderiam enfrentar no caso de formalizarem parcerias com o poder público. São eles:

- Prestação de contas, que pode ser muito engessada, exigindo contratação de contabilidade e dificultando a realização dos projetos;
- Diálogo com o poder público, que muitas vezes é interrompido com as constantes mudanças dos gestores e o ciclo de gestão dos prefeitos;
- Mudança de governo, as rupturas que acontecem com a mudança de governo que podem ser piores caso não haja continuidade da gestão;
- Separação entre política de mantado e política pública, traduzida na dificuldade de se dialogar com gestões que vão contra as posições políticas da organização;
- Burocratização para a realização das parcerias;
- Capacidade da organização de se comprometer com projetos de médio e longo prazo.

7 - Conclusões

As entrevistas realizadas reforçaram o entendimento, diagnosticado na etapa anterior deste projeto, que existe desconhecimento, por parte das organizações cicloativistas, em relação ao MROSC. Mesmo as organizações que possuem mais experiência e que realizam ou já realizaram parcerias não possuem um conhecimento elaborado do MROSC.

Nas cidades onde o MROSC está regulamentado, nenhuma organização relatou ter tomado conhecimento de alguma ação da prefeitura, como abertura de chamamento público ou divulgação das regras para a apresentação de demandas através do PMIS.

Mesmo assim, o MROSC é visto com um instrumento importante e todas as pessoas relataram terem estudado um pouco após terem respondido à pesquisa ou antes da entrevista, e expressaram o desejo de aprender mais sobre, de incidir pela sua regulamentação e de firmar parcerias.

As OSCs possuem capacidade de elaboração de projetos e nenhuma delas expressou algum tipo de dificuldade; mesmo as que já foram contempladas em editais grandes conseguiram fazer com a equipe da própria organização.

Todas elas já possuem experiências em atuar em rede, em conjunto com outras organizações parceiras.

Algo bem percebido durante as entrevistas foi a necessidade de capacitação das organizações para se organizarem de forma a serem capazes de concorrer em editais públicos e de realizar parcerias com o poder

público, sendo necessário abordar temas desde a adequação do estatuto, certificações possíveis e necessárias de se buscar a organização interna de prestação de contas. Estes aprendizados da pesquisa irão basear as próximas etapas do projeto, como a elaboração do Manual Instrutivo e a realização do webinar.

As atividades que foram listadas como ideias de atividades e projetos a serem realizados demonstram que há vontade de contribuir com o desenvolvimento da política pública de ciclomobilidade, que há experiência e conhecimento acumulados que podem ser melhor apropriados pelo poder público caso ele leve mais a sério as organizações, vendo-as como parceiras e não como inimigas.

Porém, também há o desafio das organizações saberem como mediar as aproximações e distanciamentos com a gestão, de forma a manter a sua independência de atuação sem comprometer sua imagem e respaldo com a sociedade.

É certo que há possibilidades, sabemos que em outras áreas (como saúde, educação, gestão de resíduos, assistência social) há diversas parcerias sendo estabelecidas com as OCSs, mas na mobilidade urbana isso não acontece, o que, muitas vezes, como relatado nas entrevistas, faz com que as organizações cicloativistas concorram em editais da cultura ou do esporte para conseguir desenvolver ações.

8 - Anexo 01 – Roteiro da entrevista semiestruturada

- Sobre a organização:
 - Nome da organização
 - Data de fundação
 - Estatuto da organização sofreu alterações após a aprovação da legislação com o MROSC? E a organização?
- Sobre as/os entrevistados/as:
 - Participantes na entrevista
 - Tempo de atuação da organização de cada uma das pessoas
 - Função das pessoas na organização (e no momento das parcerias)
- Houveram tentativas de parcerias que não obtiveram sucesso?
 - Concorreram a editais ou chamadas?
 - Quais foram os problemas e/ou impeditivos?
 - Qual o foco/tema/teor do projeto?
- Sobre as parcerias (para cada uma das parcerias firmadas):
 - Que tipos de parcerias foram feitas com a administração pública (acordo de cooperação, termo de cooperação, termo de fomento)?
 - Qual o foco/tema/teor do projeto?
 - O processo foi mediado via MROSC?
 - A organização estimulou através do PMIS ou outra forma?
 - Houve chamamento público?
 - A parceria foi firmada em rede (em conjunto com outras organizações)
 - Tempo de duração do processo
 - Tempo de duração da atividade
- Resultado:
 - Quais foram as dificuldades no processo?
 - Quais foram os benefícios para organização?
 - E os aprendizados?
 - Valeu a pena?
 - Órgãos do governo envolvidos
 - Mais informações sobre o objeto (atividade realizada)
- Detalhes sobre o processo de escrita
 - Foi contratado ou a organização deu conta com a própria equipe
 - Processo de prestação de contas
- Detalhar as que não deram certo (item 3)
- Se nem tentou fazer PMIS ou concorrer a projetos, qual o foco/teor/tema das demandas e necessidades, o que vocês gostariam de propor para o poder público?

9 - Ficha técnica

O MROSC e as organizações cicloativistas

Relatório de Entrevistas

Pesquisa realizada no âmbito da **Campanha MORSC no Cicloativismo**.

Para referência bibliográfica:

- UCB - União de Ciclistas do Brasil. O MROSC e as organizações cicloativistas: Relatório de Entrevistas Semiestruturadas. Brasília: UCB, 2022.

Sobre a pesquisa:

- Coordenação: Yuriê Baptista César
- Data de publicação do Relatório: 06 de junho de 2022

Sobre a Campanha:

- Realização da Campanha: UCB - União de Ciclistas do Brasil (<https://uniaodeciclistas.org.br/>)
- Apoio à Campanha: Plataforma MROSC (<http://plataformaosc.org.br/>) União Europeia
- Coordenação: André Geraldo Soares
- Sítio: <https://observatoriodabicicleta.org.br/mrosc-cicloativismo/>

Sobre os direitos e as responsabilidades:

- As opiniões emitidas nesta publicação não exprimem, necessariamente, o ponto de vista das instituições parceiras, apoiadoras ou patrocinadoras da UCB - União de Ciclistas do Brasil da UCB
- Os dados coletados nesta pesquisa obedecem os Termos de Uso (<https://bit.ly/3t1JZPs>) e a Política de Privacidade (<https://bit.ly/3qKU28s>) da UCB - União de Ciclistas do Brasil
- É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções integrais para fins comerciais são proibidas
- Conteúdo sob licença Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Brasil (<https://bit.ly/3tAszJB>)

Este documento foi elaborado com a participação exclusiva da UCB – União de Ciclistas do Brasil, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da Cáritas Brasileira, do ELO e da União Europeia.

Realização



Apoio



Financiado pela União Europeia

Realização



Apoio



Financiado pela
União Europeia